UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA

CAMPUS UNIVERSITÁRIO ANANINDEUA

FACULDADE DE HISTÓRIA

KAROLINY DA SILVA

“ACADÊMICA PORQUE MILITANTE E VICE-VERSA”: RECORTES SOBRE A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E INTELECTUAL DE JANE BELTRÃO (1970-2024)

ANANINDEUA
2024

KAROLINY DA SILVA

ACADÊMICA PORQUE MILITANTE E VICE-VERSA": RECORTES SOBRE A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E INTELECTUAL DE JANE BELTRÃO (1970-2024)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Ananindeua, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr Wesley Garcia Ribeiro Silva

ANANINDEUA
2024

Dedico todas as linhas deste trabalho à memória de minha amada mamãe, "Jo", que partiu fisicamente, mas cuja presença permanece viva em meu coração. Foi através de seus ensinamentos e do seu amor incondicional que aprendi a lutar pelos meus sonhos e a valorizar a história que carrego. Com eterna gratidão pelo exemplo de mulher, cada momento que compartilhamos e por todo o apoio e vontade de me ver gigante! Que seu legado continue a me inspirar em cada passo da minha jornada. In memoriam, "manxinha".

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho só foi possível graças ao apoio e dedicação de pessoas muito especiais, a quem dedico minha mais sincera gratidão.

Ao meu orientador, Wesley Garcia, pela paciência, orientação precisa e por acreditar no potencial deste projeto. Sua sabedoria e incentivo foram fundamentais e essenciais para a realização deste trabalho.

À minha mãe, “Jo” (in memoriam). Todo o amor e dedicação que recebi dela são a razão pela qual estou aqui hoje. Sua memória é minha maior inspiração.

Ao meu irmão, Thiago, pelo companheirismo. Minha maior ligação com minha mãe e uma das minhas pessoas preferidas no mundo, devo muito ao seu apoio e força sempre.

Ao meu pai, Odilon, por todo suporte proporcionado durante minha jornada acadêmica.

Aos meus familiares que torcem pelo meu sucesso, pelo apoio incondicional em todos os momentos. Seus incentivos me deram forças para seguir em frente, mesmo nos momentos mais difíceis.

Às minhas amigas mais chegadas, Gabriela, Jéssica e Michele. As quais em suas particularidades, estiveram presentes nesse processo, pacientes e confiantes no meu sucesso, as quais reconheço importância.

A todos vocês, minha mais sincera e eterna gratidão!

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresenta uma análise da trajetória profissional e intelectual de Jane Felipe Beltrão, destacada antropóloga brasileira, cujo contribuiu para os campos da antropologia jurídica, etnologia indígena, estudos de gênero e direitos humanos. O estudo investiga de forma parcial como sua atuação acadêmica e militante influenciou políticas públicas e movimentos sociais, com foco na defesa dos povos indígenas e das populações marginalizadas. Ao examinar sua carreira, o trabalho mapeia os marcos de sua produção acadêmica e avalia o impacto de suas pesquisas no fortalecimento de debates sobre gênero, etnicidade e direitos humanos no Brasil. O estudo parte da hipótese de que Jane Felipe Beltrão consolidou a interseção entre ciência e ativismo, superando barreiras institucionais e promovendo mudanças tanto no meio acadêmico quanto no contexto social e político. A metodologia qualitativa baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental, examinando publicações, entrevistas e participações em eventos acadêmicos de Beltrão. O trabalho também analisa o impacto de suas pesquisas na formulação de políticas públicas e nas estratégias de movimentos sociais. Com este estudo, busca-se contribuir para a compreensão do legado de Jane Felipe Beltrão na antropologia brasileira e na luta pelos direitos humanos, com ênfase na valorização das culturas indígenas e na defesa das populações oprimidas.

Palavra-chave: Jane Beltrão; etnologia indígena; antropologia; estudo de gênero.

ABSTRACT

This Course Conclusion Paper (TCC) presents an analysis of the professional and intellectual trajectory of Jane Felipe Beltrão, a prominent Brazilian anthropologist, who contributed to the fields of legal anthropology, indigenous ethnology, gender studies and human rights. The study partially investigates how his academic and militant activities influenced public policies and social movements, focusing on the defense of indigenous peoples and marginalized populations. By examining his career, the work maps the milestones of his academic production and evaluates the impact of his research on strengthening debates about gender, ethnicity and human rights in Brazil. The study is based on the hypothesis that Jane Felipe Beltrão consolidated the intersection between science and activism, overcoming institutional barriers and promoting changes both in the academic environment and in the social and political context. The qualitative methodology is based on bibliographic and documentary research, examining publications, interviews and participation in academic events in Beltrão. The work also analyzes the impact of his research on the formulation of public policies and social movement strategies. With this study, we seek to contribute to the understanding of Jane Felipe Beltrão legacy in Brazilian anthropology and the fight for human rights, with an emphasis on valuing indigenous cultures and defending oppressed populations.

Key words: Jane Beltrão; indigenous ethnology; anthropology; gender study.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 8

2. ESTUDO DE CARREIRA, CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE E OS TRABALHOS DA MEMÓRIA 10

1.1. IMPACTO E LEGADO 17

1.1.1. Publicações científicas: 17

1.1.2. Participação em Conferências, Seminários e Entrevistas: 17

1.1.3. Colaboração e redes de pesquisa: 17

1.2. DESAFIOS E SUPERAÇÕES 18

1.3. ETNOLOGIA INDÍGENA 19

1.4. ANTROPOLOGIA JURÍDICA/ANTROPOLOGIA E DIREITOS HUMANOS 21

1.5. HISTORIOGRAFIA, IDENTIDADE E GENÊRO 22

3. SER MULHER E SER ESTUDANDE DURANTE A DITADURA: ALGUNS APONTAMENTOS 25

4. JANE BELTRÃO: PROFESSORA, PESQUISADORA, ANTROPOLOGA, MILITANTE 29

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 33

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 35

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se trata de um estudo fragmentário da trajetória profissional e intelectual de Jane Felipe Beltrão, uma das principais antropólogas brasileiras que se destacou por suas contribuições nos campos da antropologia jurídica, etnologia indígena, estudos de gênero e direitos humanos. Este estudo busca analisar o desenvolvimento de sua carreira, destacando os principais marcos de sua produção acadêmica e o impacto de suas pesquisas, bem como a construção de um legado que transcende o âmbito acadêmico, influenciando políticas públicas e movimentos sociais em defesa dos povos indígenas e das populações marginalizadas no Brasil, ao mesmo tempo que enriquece a compreensão sobre a diversidade cultural e de gênero no país.

A escolha deste tema se justifica pela relevância acadêmica e social da obra e vida de Beltrão. Ao longo de sua carreira, ela enfrentou desafios relacionados à marginalização das vozes femininas por exemplo, e sua produção intelectual é um testemunho de como a ciência pode ser uma ferramenta para transformação social. Além disso, o estudo de sua trajetória possibilita a compreensão de como uma carreira acadêmica pode ser profundamente vinculada a causas de justiça social e à luta pelos direitos de povos historicamente oprimidos. A análise de seu legado se faz necessária para reconhecer a importância de integrar essas vozes no debate científico e político.

A pesquisa será orientada pelo seguinte apontamento: "Como a trajetória profissional e intelectual de Jane Felipe Beltrão contribuiu para a construção de um legado que influenciou a antropologia brasileira e a luta pelos direitos indígenas e das populações marginalizadas?". A hipótese deste estudo é de que a atuação da mesma como pesquisadora e ativista foi fundamental para consolidar a interseção entre ciência e militância, com impacto direto no fortalecimento da luta pelos direitos dos povos indígenas e no reconhecimento da diversidade cultural no Brasil. A análise dessa trajetória se propõe a revelar como suas estratégias de enfrentamento das barreiras institucionais dentro da academia e a articulação com movimentos sociais possibilitaram o avanço do debate sobre questões de gênero, etnicidade e direitos humanos.

Diante disso, o estudo a seguir tem como objetivo uma análise parcial da trajetória profissional e intelectual de Jane, investigando suas principais contribuições acadêmicas e seu legado na defesa dos direitos humanos e dos povos indígenas. Mapeando os principais marcos da produção acadêmica, com foco nas suas contribuições nos campos da antropologia jurídica

e dos estudos de gênero, bem como examinar as estratégias adotadas por Beltrão para enfrentar os desafios institucionais e acadêmicos, especialmente no contexto da defesa das causas indígenas. E também, avaliando o impacto de suas pesquisas na formulação de políticas públicas e no fortalecimento de movimentos sociais que lutam pelos direitos das populações marginalizadas.

Para alcançar esses objetivos, a metodologia utilizada é de caráter qualitativo, com base em uma pesquisa bibliográfica e documental. Examinando obras e artigos publicados por Beltrão, bem como entrevistas e registros de sua participação em eventos acadêmicos. Além disso, realiza-se uma análise crítica de sua inserção nos movimentos sociais e de como suas pesquisas influenciaram o campo da antropologia e as políticas públicas voltadas para os direitos indígenas. A construção de seu legado será também discutida a partir das reflexões de autores como Jaques Lee Goff (1990), que aborda a relação entre memória e identidade coletiva, e Ecléa Bosi (1994), que trata da construção social da memória, temas centrais para entender como a atuação de Beltrão está profundamente vinculada à memória e identidade dos povos indígenas.

Em termos teóricos, são utilizados como principais referenciais autores como António Nóvoa (1995), que discute a relação entre trajetória profissional e identidade, além de Paulo Freire (1987), cujos conceitos de conscientização e justiça social dialogam com o enfoque militante das pesquisas de Beltrão. Também é explorada a obra de Lucila Scavone (1999), que discute a participação feminina na academia e as barreiras enfrentadas pelas mulheres intelectuais, tema diretamente relacionado à trajetória de Beltrão.

Deste modo, este trabalho está organizado em quatro capítulos que estão postos em uma análise os principais marcos da produção acadêmica de Jane Felipe Beltrão. Posteriormente, como ela construiu sua identidade acadêmica, enfrentando os desafios de gênero e institucionais na academia. A análise dialoga com conceitos de memória e identidade coletiva, fundamentados em autores como Jacques Le Goff e Ecléa Bosi, para compreender a relação de sua trajetória com os contextos político-sociais da época. Seguindo isto, no terceiro capítulo, são apresentadas reflexões sobre a vivência de Jane como mulher e estudante durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Este capítulo destaca as dificuldades enfrentadas e as estratégias desenvolvidas para se posicionar em um ambiente marcado por repressão política e desigualdade de gênero. O último capítulo aborda a atuação multifacetada de Beltrão, destacando seu papel como professora e orientadora, além de sua militância em defesa dos direitos humanos. O impacto de suas pesquisas em políticas públicas e movimentos sociais

também é analisado, reforçando seu legado na luta pelos direitos dos povos indígenas e das populações marginalizadas.

Neste estudo, portanto, pretende-se oferecer uma contribuição para a compreensão de como a trajetória profissional e intelectual de Beltrão foi essencial para a construção de um legado duradouro no campo da antropologia brasileira, com forte impacto na defesa dos direitos humanos e na valorização das culturas indígenas.

2. ESTUDO DE CARREIRA, CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE E OS TRABALHOS DA MEMÓRIA

O estudo da trajetória profissional de uma pessoa é essencial para compreender não apenas o desenvolvimento de sua carreira, mas também os fatores que influenciam seus desafios e conquistas. No caso de Beltrão, uma figura central na antropologia e nos estudos de gênero no Brasil, sua trajetória reflete não apenas um compromisso acadêmico profundo, mas também uma atuação intrinsecamente conectada aos contextos políticos e sociais que marcaram sua vida e carreira.

Segundo Chiavenato (2004), a trajetória de uma carreira é um processo contínuo de desenvolvimento e adaptação, onde cada experiência contribui para o crescimento profissional. Isso inclui entender as decisões críticas tomadas, as habilidades desenvolvidas e os recursos aproveitados ao longo do tempo.

Ao fazer esta análise, é possível identificar os principais desafios enfrentados pelos indivíduos e as formas como eles foram superados. Estes, podem ser úteis para profissionais em estágios iniciais de suas carreiras ou para aqueles que buscam superar obstáculos semelhantes. A trajetória profissional de uma pessoa é composta por diversos momentos de desafios e superação, que são fundamentais para o crescimento e amadurecimento profissional (Dutra, 2009).

A rede de contatos de um profissional também é um ponto a ser considerado, pois pode ter um impacto significativo em sua trajetória. Mussak (2003) argumenta que os relacionamentos profissionais, muitas vezes considerados superficiais, podem revelar-se extremamente valiosos ao oferecerem novas perspectivas e oportunidades de crescimento na carreira. Demonstrando que conexões eficazes podem abrir portas para novas oportunidades no desenvolvimento de carreira.

“Lifelong learning” - aprendizagem ao longo da vida - é um conceito crucial no cenário moderno de trabalho, onde a adaptação e o aprimoramento constante são essenciais. Demo (2001) sugere que a educação não pode ser vista como um processo que se encerra na escola; deve ser contínua e permanente, acompanhando o indivíduo ao longo de toda a sua vida. Desse modo, a trajetória profissional de uma pessoa pode ser moldada pelo desenvolvimento contínuo de competências e habilidades ao longo de sua carreira.

A análise documental e a revisão bibliográfica permitem um entendimento abrangente e estruturado da trajetória profissional de uma pessoa, identificando os principais desafios enfrentados e as estratégias de superação, a exploração da memória pessoal adiciona uma dimensão subjetiva e profundamente reveladora a esse estudo. Através da memória, é possível captar as nuances das motivações e decisões que guiaram o indivíduo em sua carreira, proporcionando um contexto rico que os documentos formais muitas vezes não conseguem transmitir. A memória é uma construção social que se realiza no presente, influenciada pelas experiências, valores e relações que nos cercam. Assim, ao combinar esses métodos, obtém-se uma compreensão mais completa e dinâmica da trajetória profissional, integrando a análise objetiva dos fatos com a interpretação subjetiva das experiências vividas (Bosi, 1994).

Estudar a trajetória profissional de uma pessoa a partir da memória, envolve a análise de relatos e narrativas pessoais que refletem a experiência individual ao longo do tempo. Esse método de estudo é valioso porque captura a perspectiva subjetiva do indivíduo sobre sua carreira, permitindo uma compreensão profunda de suas motivações, desafios e conquistas. Permite assim, que o indivíduo possa criar uma narrativa coerente de sua vida profissional, dando significado às suas experiências. A memória não é um repositório passivo de informações, mas um processo ativo de reconstrução, influenciado pelas condições sociais e culturais. Essa perspectiva é fundamental para entender como as experiências profissionais são interpretadas e valorizadas pelos indivíduos (Le Goff, 1990).

A memória não é um processo estático; ela é continuamente reconstruída a partir do presente, o que significa que as percepções sobre eventos passados podem mudar com o tempo. Uma experiência de trabalho que inicialmente foi vista como negativa pode ser reinterpretada como um momento de aprendizado e crescimento à medida que o indivíduo adquire mais experiência e sabedoria, por exemplo. Assim, a narrativa profissional torna-se um reflexo das transformações pessoais e contextuais que moldam a identidade do indivíduo ao longo da sua carreira.

Por outro lado, a capacidade de refletir sobre a própria trajetória profissional através da memória pode fornecer compreensão valiosa para o desenvolvimento de carreira ou mesmo pessoal. Ao revisitar decisões passadas, desafios superados e objetivos alcançados, os indivíduos podem identificar padrões de comportamento e habilidades que foram cruciais para seu progresso. Esta autoanálise pode orientar decisões futuras, ajudando os profissionais a reconhecer e replicar estratégias eficazes, além de evitar erros anteriores.

Portanto, a memória e a construção narrativa associada a ela são fundamentais não apenas para a compreensão da trajetória profissional individual, mas também para a formação de uma identidade profissional sólida e integrada. Ao considerar a influência do contexto social e das interações presentes, podemos entender melhor como as experiências profissionais são continuamente reinterpretadas e como isso afeta o desenvolvimento pessoal e coletivo.

Através disto, é possível entender as motivações e decisões que guiaram o indivíduo em sua carreira. A memória profissional ajuda a compreender as escolhas e caminhos trilhados, revelando as motivações subjacentes a essas decisões, o qual permite aos indivíduos identificar os fatores que influenciaram suas escolhas, sejam eles de natureza pessoal, social ou profissional (Nóvoa, 1995).

Explorar o histórico profissional permite analisar as diversas fases da carreira de um indivíduo. Por meio da recordação e da narração de eventos passados, as pessoas podem perceber como suas experiências, valores e objetivos mudaram ao longo do tempo. Essa introspecção é crucial para entender por que certas decisões foram tomadas e como essas escolhas impactaram a trajetória profissional. Ao revisitar uma decisão de mudança de emprego, o indivíduo pode considerar que a motivação foi baseada na busca por novos desafios, melhoria salarial, ou maior alinhamento com seus valores pessoais.

Além disso, a memória permite uma visão mais clara das influências externas que moldaram a carreira do indivíduo. Contextos econômicos, culturais e sociais desempenham um papel significativo nas decisões profissionais. Nóvoa (1995) ressalta que a memória profissional não se limita ao registro de fatos, mas inclui a interpretação dos contextos em que esses fatos ocorreram, elucidando as interações entre o indivíduo e seu ambiente. Dessa forma, as decisões de carreira não são vistas isoladamente, mas como partes integradas de um panorama mais amplo.

A reflexão sobre o percurso de um indivíduo é crucial para entender a formação da identidade profissional do mesmo. Ao refletir sobre suas experiências e decisões, e como constroem uma narrativa de quem são como profissionais, quais são seus valores, e quais

objetivos desejam alcançar. Essa construção identitária é dinâmica, sendo constantemente reformulada à luz de novas experiências e reflexões. Assim, a memória não é apenas um repositório do passado, mas um recurso ativo que influencia o presente e o futuro de uma carreira (Nóvoa, 1995).

As histórias de vida frequentemente incluem momentos de adversidade e resiliência. Analisar esses momentos a partir da memória permite uma compreensão mais rica de como os indivíduos lidam com desafios e se adaptam a novas circunstâncias. É na luta que se aperfeiçoa o ser humano, e a memória de suas lutas contribui para a formação de sua consciência crítica, e este processo de reflexão sobre adversidades passadas revela não apenas as estratégias de superação, mas também os aprendizados e transformações que ocorreram ao longo do tempo (Freire, 1987).

Os momentos de adversidade são marcos importantes na trajetória profissional, pois eles frequentemente exigem que os indivíduos desenvolvam novas habilidades, adaptem suas estratégias e ampliem seus recursos emocionais. Através da memória, é possível identificar como as pessoas enfrentaram crises, seja por meio de mudanças de carreira, enfrentamento de ambientes de trabalho hostis, ou superação de falhas, bem como aspectos sociais e reveses. A luta e a superação dessas dificuldades são elementos cruciais para o aperfeiçoamento humano e profissional (Freire, 1987).

Refletir sobre momentos de adversidade e resiliência através da memória também promove a formação de uma consciência crítica. Ao revisitar os desafios enfrentados, os indivíduos podem questionar as estruturas e práticas que contribuíram para essas dificuldades e considerar maneiras de promover mudanças positivas. A memória de suas lutas contribui para a formação de sua consciência crítica, incentivando uma análise profunda das condições sociais e profissionais que impactam suas vidas (Freire, 1987).

Ao considerar a importância da memória na compreensão da trajetória profissional de um indivíduo, podemos ampliar esse conceito para a análise de trajetórias profissionais-intelectuais a partir também da produção acadêmica. Assim como a memória permite captar as nuances e motivações pessoais, a revisão detalhada das obras e contribuições de uma pesquisadora como Beltrão oferece uma visão rica e profunda de sua evolução intelectual e das influências contextuais que moldaram sua carreira. Estudar as produções acadêmicas de Beltrão, incluindo suas publicações, participação em eventos acadêmicos e colaborações, proporciona valiosas percepções sobre os desafios que enfrentou e as estratégias que utilizou para superá-los, permitindo uma compreensão mais abrangente de sua contribuição para as

ciências sociais. Dessa forma, a combinação de métodos que incluem tanto a análise de memória quanto a análise de produções acadêmicas oferece uma abordagem mais completa e integrada para entender o desenvolvimento profissional e intelectual.

Uma figura central na antropologia e nos estudos de gênero no Brasil, a pesquisadora tem sua trajetória acadêmica e profissional é marcada por um compromisso profundo com a pesquisa acadêmica, especialmente em temas relacionados à justiça social, aos direitos humanos, direitos indígenas e às dinâmicas culturais da Amazônia. Seu trabalho não apenas enriquece o campo da antropologia, mas também desempenha um papel crucial na defesa e promoção dos direitos das populações marginalizadas.

> A minha trajetória é longa mas eu costumo brincar que eu sou uma contadora de histórias porque Historiador e antropólogo o que ele pode fazer de melhor é narrar as histórias que ele escuta os documentos que ele lê o que as pessoas lhe dizem que possam fazer sentido para outras pessoas né então eu me intitulo uma contadora de histórias e na preferência de contar histórias eu tenho preferência por conta histórias relativas a pessoas indígenas e as dificuldades que essas pessoas possam ter no seu dia a dia mostrando que apesar delas sofrerem uma série de violências elas não se permitem abandonar luta (Beltrão, 2021).

Sua formação iniciou-se em História na Universidade Federal do Pará (UFPA), onde sua exposição a um corpo docente diversificado e a um ambiente politicamente ativo foi fundamental para seu desenvolvimento acadêmico e crítico. Ela completou seus estudos com um mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB) e um doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Essa formação sólida e pesquisada na pesquisadora uma base teórica robusta e uma metodologia rigorosa, essencial para suas pesquisas futuras (Beltrão, 2024).

Desde o início de sua carreira, Beltrão se destacou por sua pesquisa sobre questões de gênero, direitos humanos e culturas tradicionais da Amazônia. Reconhecida por suas contribuições aos estudos de gênero no Brasil, explorando as relações de poder, desigualdade de gênero e as formas de resistência das mulheres. Sua pesquisa revela a complexidade das experiências femininas na Amazônia e como essas dinâmicas são moldadas por fatores culturais, históricos e sociais.

Beltrão também se dedica ao estudo das culturas indígenas e ribeirinhas na Amazônia, destacando a importância de preservação e respeito à diversidade cultural. Sua abordagem interdisciplinar, combinando métodos qualitativos e quantitativos, e seu rigor metodológico são características marcantes de suas pesquisas, que frequentemente articulam questões de poder, identidade e resistência.

O compromisso de Jane Beltrão com a defesa dos direitos humanos é evidente tanto em sua produção acadêmica quanto em suas ações fora da academia. Ela abordou questões de justiça social, analisando como as populações marginalizadas enfrentam e resistem às opressões. Suas pesquisas incluem a análise crítica das políticas públicas e suas implicações para os direitos das comunidades tradicionais e minoritárias, destacando a necessidade de soluções justas e equitativas.

Com uma longa história de envolvimento com movimentos sociais, utilizando sua posição acadêmica para apoiar e amplificar as vozes dessas comunidades. Durante a Ditadura Militar no Brasil, ela participou de movimentos estudantis de resistência, enfrentando grandes riscos em sua luta contra o regime opressor. Essas experiências moldaram sua perspectiva crítica e seu compromisso com a transformação social.

Como professora e orientadora na UFPA, tem sido uma mentora influente para muitos estudantes de graduação e pós-graduação. Ela orientou inúmeras teses e dissertações que desenvolveram significativamente para os campos da antropologia e dos estudos de gênero, formando uma nova geração de pesquisadores comprometidos com a justiça social e os direitos humanos.

Sua pesquisa teve um impacto significativo tanto na academia quanto na sociedade. Com análises e conclusões que informam políticas públicas e práticas sociais, contribuindo para a promoção da igualdade de gênero e a proteção dos direitos das comunidades tradicionais. Além disso, seu trabalho elevou o perfil da pesquisa sobre a Amazônia, destacando a importância de uma abordagem culturalmente sensível e eticamente responsável.

Uma pesquisadora cujo trabalho deixou uma marca indelével na antropologia e nos estudos de gênero no Brasil. Sua trajetória profissional é caracterizada por um compromisso inabalável com a justiça social, os direitos humanos e a valorização das culturas tradicionais da Amazônia. Ao explorar sua atuação como pesquisadora e ativista, é possível apreciar a profundidade e a relevância de suas contribuições acadêmicas, bem como seu impacto na comunidade científica e na sociedade em geral.

O estudo da vida e obra da professora é fundamental para compreender as dinâmicas complexas entre antropologia, estudos de gênero e direitos humanos no Brasil. Beltrão tem seus estudos centrados nesses campos e suas contribuições que oferecem uma perspectiva rica e multidimensional sobre a interação entre cultura, política e sociedade. Analisar sua trajetória e seus trabalhos fornece noções valiosas que são indispensáveis para qualquer investigação séria sobre essas áreas.

Beltrão tem desempenhado um papel crucial no desenvolvimento da antropologia e dos estudos de gênero no Brasil. Sua pesquisa aborda temas essenciais como relações de poder, desigualdade de gênero e formas de resistência das mulheres, especialmente na região amazônica. Ao explorar as dinâmicas culturais, históricas e sociais que moldam as experiências das mulheres, ela desafia e amplia as narrativas tradicionais, oferecendo novas perspectivas e entendimentos.

Dentre os temas estudados por ela, a defesa dos direitos humanos é uma obra constante de Jane Beltrão. Seu trabalho analisa como as populações marginalizadas, incluindo indígenas e quilombolas, enfrentam e resistem às opressões. Estudá-la permite entender como a pesquisa acadêmica pode ser utilizada como uma ferramenta poderosa para a promoção da justiça social e a proteção dos direitos das comunidades tradicionais. Sua análise crítica das políticas públicas, suas implicações para os direitos bem como sua carreira, oferecem uma janela para compreender como a história política do Brasil influenciou e moldou o desenvolvimento da pesquisa acadêmica e do ativismo social no país.

A abordagem interdisciplinar aplicada por Beltrão é outro motivo para estudá-la. Ela combina métodos qualitativos e quantitativos, valorizando o trabalho de campo etnográfico e a imersão nas comunidades científicas. Esta metodologia rigorosa e sensibilidade ética são essenciais para abordar questões complexas e delicadas. A interdisciplinaridade promovida por Beltrão encorajou a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento, argumentando que a integração de perspectivas diversas é crucial para a compreensão e resolução dos problemas sociais contemporâneos.

Também é importante perceber sua atuação como professora e orientadora. Ela que tem sido uma mentora influente, formando uma nova geração de pesquisadores comprometidos com a justiça social e os direitos humanos. Suas orientações contribuíram significativamente para os campos da antropologia e dos estudos de gênero, expandindo a pesquisa nessas áreas e promovendo um impacto positivo na sociedade. Estudar Beltrão também significa considerar e valorizar seu papel na formação de novos acadêmicos e ativistas.

E este impacto vai para além da academia. Suas pesquisas informaram políticas públicas e práticas sociais, promovendo a igualdade de gênero e a proteção dos direitos das comunidades tradicionais. Seu trabalho elevou o perfil da pesquisa sobre a Amazônia, destacando a importância de uma abordagem culturalmente sensível e eticamente responsável. Ao estudar Beltrão, os pesquisadores podem entender melhor como a pesquisa acadêmica pode influenciar e transformar a sociedade.

Pode-se entender que estudar Jane Beltrão é essencial para qualquer investigação séria sobre antropologia, estudos de gênero e direitos humanos no Brasil. Sua trajetória oferece uma visão abrangente e multifacetada sobre as interações entre cultura, política e sociedade. A análise de sua obra não fornece apenas um entendimento profundo das dinâmicas sociais e culturais da Amazônia, mas também demonstra como a pesquisa acadêmica pode ser uma força poderosa para a promoção da justiça social e a defesa dos direitos humanos. Ao estudar Beltrão, os pesquisadores podem inspirar-se em seu compromisso inabalável com a justiça e sua capacidade de integrar pesquisa acadêmica com ativismo social.[1]

1.1. IMPACTO E LEGADO

O impacto da produção acadêmica de Beltrão vai além da academia. Suas pesquisas têm contribuído para a formulação de políticas públicas e para a conscientização sobre os direitos indígenas no Brasil. Seu legado inclui a formação de novos pesquisadores e a influência duradoura de suas ideias no campo das ciências sociais.

Analisar a trajetória profissional-intelectual da pesquisadora a partir de sua produção acadêmica envolve uma metodologia de pesquisa que inclui a revisão de suas publicações, participação em eventos acadêmicos e suas colaborações com outros pesquisadores. Esse método permite uma compreensão holística de sua carreira, destacando os seguintes aspectos:

1.1.1. Publicações científicas: A análise detalhada de seus artigos, livros e capítulos de livros oferece uma visão abrangente de suas contribuições acadêmicas. Identificar os temas recorrentes, as metodologias empregadas e os principais resultados de suas pesquisas resultam no mapeamento de seu desenvolvimento intelectual.

1.1.2. Participação em Conferências, Seminários e Entrevistas: Estudar a participação de Beltrão em conferências, seminários, entrevistas e workshops permite entender sua influência na comunidade acadêmica e seu papel na disseminação do conhecimento. Suas apresentações e discursos em eventos científicos são fontes ricas de informação sobre suas ideias e posicionamentos.

1.1.3. Colaboração e redes de pesquisa: As colaborações com outros pesquisadores e instituições revelam a amplitude e o impacto de seu trabalho. Essas parcerias são

[1] BELTRÃO, Jane Felipe. Currículo Lattes.

indicativas de sua capacidade de trabalho em equipe e de sua influência no campo das ciências sociais.

Analisar a trajetória profissional-intelectual de Jane a partir de sua produção acadêmica é uma abordagem eficaz para compreender o desenvolvimento de uma carreira de destaque no campo das ciências sociais. Sua produção revela uma pesquisadora comprometida com a justiça social, a defesa dos direitos indígenas e a construção de um conhecimento inclusivo e crítico.

1.2. DESAFIOS E SUPERAÇÕES

Estudar a trajetória de Beltrão é fundamental para entender não apenas suas contribuições acadêmicas, mas também os desafios significativos que ela enfrentou ao longo de sua carreira, especialmente em sua atuação junto às comunidades indígenas e na defesa dos direitos dessas populações. Uma figura central na antropologia brasileira, tem sua carreira marcada por uma série de obstáculos que ela superou com resiliência e compromisso ético, especialmente em contextos onde a pesquisa de campo em comunidades indígenas era desafiadora.

Uma das principais dificuldades enfrentadas por Beltrão ao longo de sua carreira foi a realização de pesquisas de campo em comunidades indígenas, particularmente na Amazônia. A antropóloga destaca as barreiras geográficas, culturais e linguísticas que dificultam o acesso e a comunicação efetiva com essas comunidades. Beltrão relata as complexidades envolvidas na construção de confiança com os povos indígenas, muitas vezes desconfiados devido ao histórico de exploração e marginalização. Além disso, ela aponta que a necessidade de uma abordagem sensível e respeitosa ao lidar com as práticas culturais e espirituais dessas comunidades é essencial para evitar a perpetuação de preconceitos e mal-entendidos. A imersão cultural, por meio da convivência prolongada com os povos indígenas, foi uma estratégia que Beltrão utilizou para superar essas barreiras e realizar pesquisas que verdadeiramente refletissem as perspectivas e realidades dessas populações (Beltrão, 2021).

Outro desafio significativo na trajetória da antropóloga foi a luta por reconhecimento acadêmico, especialmente em um campo onde as vozes de mulheres, e particularmente de pesquisadoras que defendem causas indígenas, muitas vezes são subestimadas. Em diversos momentos de sua carreira, Beltrão teve que enfrentar a resistência de instituições acadêmicas que, historicamente, valorizaram perspectivas eurocêntricas e desconsideraram a relevância dos estudos voltados para os povos indígenas do Brasil. No entanto, ela conseguiu se destacar por meio de sua produção acadêmica robusta e do impacto de suas pesquisas na antropologia brasileira. Discute a necessidade de uma maior inclusão das vozes indígenas e dos

pesquisadores comprometidos com suas causas dentro da academia, sublinhando como a marginalização dessas vozes reflete e reforça as desigualdades sociais e raciais presentes no país (Beltrão, 2021).

A defesa intransigente dos direitos das populações indígenas e outras comunidades marginalizadas tem sido uma constante na carreira da pesquisadora. Ela não apenas documentou as condições de vida e as lutas dessas populações, mas também se envolveu ativamente na promoção de seus direitos. Um exemplo disso é sua atuação na luta contra a invisibilidade das práticas culturais indígenas nas políticas públicas brasileiras. Ela argumenta que a integração dessas práticas nos sistemas de saúde, educação e justiça é crucial para garantir que as políticas públicas sejam efetivamente inclusivas e respeitem a diversidade cultural do Brasil. Sua defesa dessas causas muitas vezes colocou Beltrão em confronto direto com interesses políticos e econômicos que buscavam explorar os recursos naturais das terras indígenas, o que evidenciou ainda mais a importância de seu trabalho na construção de um país mais justo e plural (Beltrão, 2021).

A trajetória de Jane é um exemplo inspirador de como a perseverança, a ética e o compromisso com a justiça social podem superar os obstáculos mais difíceis. Ao enfrentar desafios associados à pesquisa de campo em comunidades indígenas, à luta por reconhecimento acadêmico e à defesa dos direitos das populações marginalizadas, Beltrão não apenas construiu uma carreira acadêmica de destaque, mas também deixou um legado significativo na antropologia brasileira e na promoção dos direitos indígenas.

1.3. ETNOLOGIA INDÍGENA

Amplamente reconhecida por sua vasta produção acadêmica na área de etnologia indígena, onde se dedica a explorar as complexas relações entre os povos indígenas, o Estado brasileiro e a sociedade em geral. As pesquisas de Beltrão abordam questões cruciais, como direitos indígenas, políticas públicas e os desafios enfrentados pelas comunidades indígenas em manter suas tradições culturais enquanto navegam pelas pressões e imposições externas.

Uma das principais contribuições de Beltrão no campo da etnologia indígena é sua análise crítica sobre os direitos indígenas e a implementação de políticas públicas. Ela investiga como as políticas do Estado brasileiro afetam as comunidades indígenas, tanto positivamente quanto em termos de qualidades. Na pesquisa **"***Associação indígena* Tembé de Santa Maria do Pará (AITESAMPA): Um relato sobre a luta por direitos étnicos**"**, Beltrão, Fernandes e Silva discutem o impacto da demarcação de terras indígenas, destacando que, apesar de ser um direito

constitucional, a execução desse processo muitas vezes resiste por parte do poder público e da sociedade civil, levando a conflitos e injustiças. Abordam o caso das terras dos povos indígenas no Pará, onde as demarcações atrasadas ou más inovações resultaram em disputas territoriais que ameaçaram a subsistência e a identidade cultural dessas comunidades.

Além disso, Beltrão examina as políticas de saúde e educação externas para os povos indígenas. Nem sempre a noção de cidadania adotada inclui o reconhecimento do direito de diferenciação legítimo que garanta a igualdade de condições constituinte de novos campos sociais e políticos que permitam aos povos indígenas ser cidadão pleno sem deixar de ser membro igualmente pleno de suas respectivas sociedades. Embora haja avanços recentes, muitas dessas políticas são inovadoras de forma convencional, sem levar em consideração as particularidades culturais de cada grupo. A falta também, de profissionais capacitados para trabalhar com as especificidades culturais e linguísticas dos povos indígenas pode comprometer a eficácia dessas políticas, resultando em serviços que não atendem às necessidades reais dessas comunidades (Beltrão e Oliveira, 2010).

Para que as políticas públicas sejam eficazes e justas, respeitando e entendendo as culturas indígenas, é essencial que os formuladores de políticas e a sociedade em geral compreendam e valorizem as tradições, crenças e modos de vida das comunidades indígenas. Por muitas vezes, a visão de mundo dos povos indígenas é incompreendida ou desvalorizada, o que leva a políticas que não atendem às suas necessidades e aspirações.

Beltrão também dedica grande parte de sua pesquisa a explorar as relações entre os povos indígenas e o Estado. Em *"Povos indígenas e cidadania: inscrições constitucionais como marcadores sociais da diferença na América Latina"* Beltrão e Oliveira (2010) investigam como essas relações são moldadas por uma história de colonialismo, exploração e resistência. Há uma análise a forma como as políticas do Estado muitas vezes perpetuam a marginalização dos povos indígenas, ao invés de promover sua integração com respeito à diversidade cultural. Discutem, por exemplo, a imposição de modelos ocidentais de desenvolvimento que desconsideram os modos de vida tradicionais dos povos indígenas, resultando em conflitos socioambientais e na perda de territórios ancestrais.

A importância do diálogo entre o Estado e as comunidades indígenas para a construção de políticas mais justas e eficazes. Destaque para as Constituições da Bolívia e do Equador, que sugerem novas maneiras de conceber o Estado nacional e a cidadania liberal, moldadas pelo contexto global, ela explora como esses eventos servem como importantes espaços de negociação, onde os líderes indígenas podem influenciar as decisões políticas. A partir da

construção do ideal de cidadania plural, que engloba o reconhecimento das diversas identidades culturais inseridas dentro do Estado, tais dispositivos ousam abrir espaço para as vozes que historicamente foram apagadas do processo de construção nacional em seus respectivos países. O argumento de que a participação ativa dos povos indígenas na formulação dessas políticas é fundamental para garantir que suas vozes ou sejam vidas e seus direitos respeitados (Beltrão e Rotondano, 2021).

Em pesquisas sobre as práticas de saúde entre os povos indígenas do Pará, Beltrão explora como as tradições curativas locais, que envolvem conhecimentos ancestrais sobre plantas medicinais e práticas espirituais, são frequentemente ignoradas pelo sistema de saúde ocidental. Em sua obra *"A Antropologia e o Exercício da Justiça: Perícias em Torno de Direitos Indígenas"*, ela defende que o reconhecimento e a integração dessas práticas tradicionais nos sistemas de saúde poderiam melhorar significativamente a qualidade do atendimento oferecido às comunidades indígenas, além de fortalecer a identidade cultural desses povos (Beltrão, 2021).

Analisar os trabalhos da professora revela uma abordagem marcada pela profundidade e sensibilidade, características que são fundamentais para a etnologia. Ela não apenas documenta as realidades enfrentadas pelos povos indígenas, mas também se envolve em uma reflexão crítica sobre as formas de resistência às pressões externas e à preservação das culturas tradicionais. Seu trabalho demonstra um compromisso inabalável com a justiça social e com a defesa dos direitos dos povos indígenas, destacando a importância de um olhar atento e respeitoso para entender as complexidades dessas culturas. Suas contribuições à etnologia indígena vão além da simples descrição de fatos; ela promove uma compreensão crítica e uma defesa ativa dos direitos e da dignidade dos povos indígenas no Brasil. Seu trabalho é um exemplo de como a pesquisa acadêmica pode ser utilizada para promover mudanças sociais significativas e para proteger culturas que são frequentemente ameaçadas por processos de modernização e globalização.

1.4. ANTROPOLOGIA JURÍDICA/ANTROPOLOGIA E DIREITOS HUMANOS

Beltrão e Oliveira (2010) investigam como as populações indígenas enfrentam o sistema jurídico brasileiro, que frequentemente ignora ou subestima as suas próprias formas de organização social e resolução de conflitos. Argumentam que o direito estatal tende a impor uma visão hegemônica de justiça que não leva em consideração as particularidades culturais dos povos indígenas, resultando em decisões judiciais que podem ser prejudiciais a essas

comunidades. Em pesquisas sobre os processos de demarcação de terras indígenas, um estudo de caso sobre o povo Tembé, Fernandes et al. (2011) demonstram como as decisões judiciais muitas vezes desconsideram os direitos históricos e culturais dos indígenas à terra, privilegiando interesses econômicos e políticos.

Um aspecto central nesta obra é a análise das práticas culturais dos povos indígenas e como elas entram em tensão com o sistema de justiça brasileiro. Exploram, por exemplo, como os rituais e práticas espirituais dos indígenas são frequentemente deslegitimados ou mal interpretados no contexto jurídico. Os autores examinam como as práticas de cura e os conselhos de anciãos são parte integral da resolução de conflitos dentro dessas comunidades, mas são frequentemente ignorados pelos tribunais brasileiros, que aplicam normas legais que não refletem as realidades sociais e culturais dos indígenas (Fernandes et al., 2011).

Suas obras também oferecem uma crítica contundente das políticas públicas voltadas para as populações indígenas, argumentando que muitas dessas políticas são implementadas de maneira que perpetua a marginalização dos povos indígenas. Apontam que, embora o Brasil tenha uma constituição que reconhece os direitos indígenas, a aplicação dessas leis no cotidiano das comunidades indígenas é frequentemente inadequada (Beltrão e Rotondano, 2021).

De uma importância vital para a antropologia jurídica, seus estudos também oferecem uma perspectiva crítica sobre como o direito é aplicado em contextos culturais diversos e mostram a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e respeitosa às práticas culturais indígenas. Sua obra desafia o Estado brasileiro a repensar suas políticas e práticas jurídicas de maneira a reconhecer verdadeiramente os direitos indígenas e a integrar os sistemas de justiça tradicionais dos povos indígenas em sua própria estrutura legal.

A produção acadêmica de Beltrão em antropologia jurídica proporciona uma compreensão mais profunda das dinâmicas legais e sociais que afetam os direitos das populações indígenas. Seus estudos oferecem um olhar crítico sobre a aplicação da justiça no Brasil e destacam a necessidade de reconhecer e integrar as práticas culturais indígenas no sistema jurídico. Não só contribui para a academia, mas também tem implicações práticas importantes para a formulação de políticas públicas que respeitem e promovam os direitos dos povos indígenas.

1.5. HISTORIOGRAFIA, IDENTIDADE E GENÊRO

Um dos aspectos das obras de Jane Beltrão é a análise de como a historiografia tradicional tem invisibilizado as contribuições das mulheres, particularmente as pertencentes a

grupos marginalizados. Explora como as narrativas históricas construídas a partir de uma perspectiva patriarcal tendem a silenciar as experiências e as lutas das mulheres. Argumentam que, para construir uma historiografia mais inclusiva e representativa, é crucial incorporar as histórias de vida, as resistências e as contribuições das mulheres indígenas, que têm sido fundamentais para a formação da identidade cultural brasileira (Barata e Beltrão, 2014).

Beltrão investiga a relação entre historiografia e identidade, mostrando como as narrativas históricas influenciam a formação da memória coletiva e, por consequência, da identidade cultural. Examina como a exclusão das mulheres indígenas das narrativas históricas oficiais contribui para a perpetuação de uma identidade nacional que marginaliza as culturas e as tradições indígenas. Ela defende que a inclusão dessas vozes é essencial para a construção de uma memória coletiva que reconheça e valorize a diversidade cultural do Brasil. Destaca como as experiências e narrativas das mulheres indígenas são frequentemente silenciadas, resultando na invisibilização de suas contribuições culturais e na perpetuação de uma história que não reflete a verdadeira diversidade da sociedade brasileira (Barata e Beltrão, 2021).

Um tema também recorrente nas obras de Jane Beltrão é a resistência das mulheres indígenas frente às opressões históricas e contemporâneas. Documentando as formas como essas mulheres têm resistido às múltiplas camadas de opressão – de gênero, raça e classe – ao longo da história brasileira. Destaca exemplos de liderança feminina em movimentos de resistência indígena e quilombola, sublinhando a importância dessas lideranças para a construção de identidades culturais e de uma memória coletiva que reflete a pluralidade da sociedade brasileira. Em diálogo com esses argumentos, a dissertação de mestrado orientada por Beltrão, *"Mulheres da Montanha: Corporeidade, Dor e Resistência entre Indígenas" (Barata, 2018),* debate sobre a análise de Beltrão ao explorar como a corporeidade e a dor vivenciadas pelas mulheres indígenas são transformadas em ferramentas de resistência. Barata argumenta que essas mulheres utilizam suas experiências corporais não apenas como uma forma de expressar sofrimento, mas também como um meio de construir e afirmar suas identidades culturais em um contexto de opressão. Ressalta a centralidade das mulheres indígenas na luta pela preservação de suas culturas e na resistência contra as forças que buscam marginalizá-las.

Crítica da historiografia tradicional não apenas por excluir as vozes das mulheres, mas também por falhar em reconhecer as interseções entre gênero, raça e classe nas narrativas históricas. Ela propõe uma abordagem feminista da historiografia que não só inclua as mulheres, mas que também analise como as estruturas de poder patriarcais têm moldado as

narrativas históricas. Beltrão sugere que uma historiografia feminista pode oferecer uma compreensão mais profunda e complexa da história, revelando as contribuições ocultas das mulheres e como elas têm sido fundamentais na construção da sociedade brasileira. Nesse contexto, vê-se como as experiências e lutas de grupos marginalizados, como mulheres indígenas e quilombolas, frequentemente ausentes nas narrativas históricas predominantes. Tendo-se a necessidade de uma revisão das narrativas históricas para incluir essas vozes e experiências, alinhando-se com a proposta de uma historiografia feminista que busca reconhecer e valorizar as contribuições desses grupos (Aleixo et al., 2010).

As obras de Beltrão sobre historiografia, identidade e gênero são uma contribuição vital para a antropologia e para os estudos históricos no Brasil. Seus trabalhos destacam a importância de uma abordagem interseccional que reconheça as múltiplas identidades e experiências das mulheres indígenas e afrodescendentes. Ao integrar essas vozes à historiografia, Beltrão não só enriquece o entendimento da história do Brasil, mas também contribui para a construção de uma memória coletiva mais justa e representativa. Sua obra é um chamado à inclusão e ao reconhecimento das diversidades de gênero, raça e cultura na construção do conhecimento histórico.

Ao analisar a trajetória profissional-intelectual de Jane Beltrão e suas contribuições acadêmicas, é possível observar como o contexto histórico e social moldou seu desenvolvimento e as temáticas as quais ela escolheu estudar. De maneira semelhante, investigar as experiências de mulheres na universidade durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) revela os desafios específicos que essas mulheres enfrentaram em um período de repressão política e controle social. Tanto a trajetória de Beltrão quanto a das mulheres universitárias durante a ditadura destacam a resiliência e a capacidade de superação diante de adversidades impostas por contextos autoritários. Essas histórias não apenas enriquecem a compreensão das dinâmicas de gênero e das transformações sociais, mas também ilustram a importância de reconhecer e valorizar as contribuições de mulheres em ambientes acadêmicos adversos. Assim, ambos os estudos reforçam a necessidade de uma abordagem holística para compreender as trajetórias profissionais e intelectuais, considerando tanto os contextos históricos quanto as experiências pessoais e coletivas que moldaram essas trajetórias.

3. SER MULHER E SER ESTUDANDE DURANTE A DITADURA: ALGUNS APONTAMENTOS

As vivências e desafios de ser mulher e estudante durante a ditadura militar no Brasil, destacam-se com as opressões de gênero e as restrições políticas que impactaram a trajetória educacional e a luta por direitos nesse período. A análise traz reflexões sobre resistência, identidade e o papel das mulheres neste contexto. Deste modo, estudar a trajetória de mulheres na universidade durante o período da Ditadura Militar no Brasil envolve investigar as experiências, desafios e conquistas dessas mulheres em um contexto de repressão política, censura e controle social. Esse tipo de estudo é importante para entender as dinâmicas de gênero e as transformações sociais ocorridas no país durante esse período histórico.

A Ditadura Militar no Brasil foi marcada por um regime autoritário que restringiu liberdades individuais, incluindo a liberdade acadêmica. Universidades foram alvos de intervenções, com vigilância e repressão de atividades consideradas subversivas. Estudar nesse período era desafiador, especialmente para mulheres, que enfrentavam tanto as barreiras impostas pelo regime quanto as desigualdades de gênero presentes na sociedade. **Elio Gaspari** (2002, p. 197) descreve o impacto dessas intervenções em seu livro *"A Ditadura Envergonhada", onde* as universidades foram alvos de uma vigilância constante, com intervenções diretas que buscavam suprimir qualquer forma de dissidência. Estudantes e professores eram monitorados e, frequentemente, perseguidos por suas ideias e ações.

O "ser mulher", neste período, competia em uma repressão dupla: política e de gênero. As militantes mulheres eram submetidas a torturas e violências específicas, com uma brutalidade que visava não apenas punir a dissidência política, mas também reafirmar um controle patriarcal sobre seus corpos e suas escolhas. Além dos riscos inerentes à militância contra o regime, elas também lidavam com a marginalização e as expectativas sociais restritivas (Bernardes, 2007).

As mulheres na academia enfrentavam preconceitos que limitavam suas oportunidades de carreira e reconhecimento. Elas eram frequentemente desencorajadas de seguir áreas consideradas "inapropriadas" para seu gênero. E tais expectativas moldavam a experiência das mulheres, onde a divisão sexual do trabalho se manifestava de maneira explícita no ambiente acadêmico, onde as mulheres eram constantemente direcionadas para áreas consideradas mais "femininas" e menos valorizadas (Rago, 2008).

Muitas estudantes, professoras e pesquisadoras participaram de movimentos de resistência contra a ditadura e, como consequência, enfrentaram perseguição, prisão, tortura e até mesmo exílio. As mulheres desempenharam um papel fundamental nos movimentos de resistência, utilizando a estrutura universitária não apenas como espaço de aprendizado, mas também como arena de luta política (Motta, 2014).

As oportunidades de ascensão acadêmica e profissional para mulheres eram limitadas, com poucas ocupando posições de destaque em universidades e instituições de pesquisa. A produção intelectual feminina durante o período da ditadura é um testemunho da resiliência e da capacidade de resistência das mulheres, que, mesmo sob condições adversas, continuaram a produzir conhecimento e a lutar por seus direitos. Apesar das dificuldades, muitas mulheres conseguiram fazer contribuições significativas para a academia e para a produção de conhecimento. Elas criaram redes de apoio e solidariedade que foram essenciais para sua sobrevivência e sucesso (Scavone, 1999).

Esta análise é fundamental para dar visibilidade às contribuições das mulheres e reconhecer os desafios específicos que enfrentaram, compreender as dinâmicas de desigualdade de gênero na educação superior e como essas desigualdades foram (e ainda são) combatidas, preservar a memória de um período crítico da história brasileira e das lutas pela democracia e igualdade de gênero. Reconhecer a participação das mulheres na academia durante a ditadura não é apenas uma questão de justiça histórica, mas também uma forma de inspirar futuras gerações a continuar a luta por igualdade e liberdade acadêmica. As histórias de resistência e superação dessas mulheres servem de inspiração para novas gerações de estudantes e pesquisadoras (Scavone**,** 1999).

Ao investigar a trajetória de mulheres na universidade durante a Ditadura Militar no Brasil, é possível perceber como o contexto de repressão política e censura impactou profundamente suas experiências acadêmicas e profissionais. De maneira semelhante, a trajetória acadêmica e profissional de Jane, marcada por suas contribuições à antropologia e aos estudos de gênero, foi moldada por esse mesmo período histórico adverso. Beltrão, que iniciou sua formação na Universidade Federal do Pará em meio à repressão militar, enfrentou desafios significativos que incluíram vigilância constante, censura e perseguições políticas. Esses obstáculos, contudo, fomentaram uma cultura de resistência intelectual e um compromisso com a justiça social, elementos que se tornaram centrais em sua carreira. Assim, estudar as experiências de mulheres durante a ditadura e a formação de Beltrão revela não apenas a resiliência e a capacidade de superação dessas acadêmicas, mas também a importância de

reconhecer e valorizar suas contribuições em um contexto de intensa adversidade. Este entendimento oferece uma perspectiva rica e complexa sobre as dinâmicas de gênero e as transformações sociais ocorridas no Brasil durante esse período, evidenciando como as histórias de resistência e superação podem inspirar futuras gerações de estudantes e pesquisadoras.

A trajetória acadêmica e profissional da professora é marcada por sua notável contribuição para a antropologia e estudos de gênero no Brasil. No entanto, para entender a profundidade e a relevância de suas obras, é imprescindível analisar o contexto histórico e social de sua formação, especialmente durante o período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). Abordando a formação de Beltrão na Universidade Federal do Pará (UFPA), e discorrendo sobre os desafios enfrentados e as influências acadêmicas e políticas que moldaram sua carreira.

Gaspari (2002), retrata a Ditadura Militar no Brasil, iniciada em 1964, como um período caracterizado por intensa repressão política, censura e restrição das liberdades civis. As universidades, como centros de pensamento crítico e contestação, foram alvos de intervenções do regime. Professores e estudantes que se posicionavam contra o governo eram frequentemente perseguidos, presos e, em alguns casos, exilados (Motta, 2014).

A Universidade Federal do Pará (UFPA), assim como outras instituições de ensino superior no Brasil, sofreu as consequências das políticas repressivas do regime militar. A vigilância sobre as atividades acadêmicas era constante, e muitos docentes e discentes foram afastados ou presos (Fernandes, 2017). Neste cenário, a produção de conhecimento foi fortemente impactada, e a liberdade de expressão acadêmica foi restringida (Rago, 2008).

Jane Beltrão ingressou na UFPA em um contexto adverso. “Como me formei em 1973 em plena Ditadura no Brasil (entre 1964-1985), vi os *campi* serem invadidos, docentes e discentes serem presos, terminei calejada pelas refregas [...]” (Beltrão, 2022, p.13). Sua trajetória demonstra uma resistência intelectual e uma busca constante pelo conhecimento crítico. Durante sua formação, Beltrão teve acesso a um corpo docente diversificado, alguns dos quais mantinham um discurso crítico em relação ao regime

> Primeiro que a gente tinha um corpo de professores que era exatamente o corpo de professores da universidade. Então, a gente trabalhava no Paes de Carvalho com os professores que ou já eram da universidade ou depois foram para a universidade. E tinha uma efervescência política muito grande (Beltrão, p. 3-4, 2015).

Essa exposição a diferentes correntes de pensamento foi fundamental para o desenvolvimento de sua perspectiva analítica e crítica, que se refletiria em sua futura produção acadêmica.

A presença constante de censura e a ameaça de repressão política criaram um ambiente de tensão na UFPA, fazendo com que sua formação não fosse isenta de desafios. No entanto, este cenário também fomentou uma cultura de resistência entre os estudantes e professores, que encontraram formas de contestar o regime através de debates acadêmicos e atividades clandestinas. Beltrão, inserida nesse contexto, desenvolveu uma consciência crítica e um compromisso com a justiça social e os direitos humanos, que se tornariam marcas registradas de sua carreira (Freire, 1987).

Durante sua formação, foi influenciada por diversos pensadores e correntes teóricas que desafiavam as narrativas oficiais do regime militar. A antropologia, com sua ênfase na compreensão das culturas e na valorização da diversidade humana, ofereceu a Beltrão uma base sólida para questionar as injustiças e as desigualdades sociais (Beltrão, 2022). Além disso, a inserção em movimentos estudantis e a convivência com professores críticos ao regime ampliaram sua visão sobre o papel do intelectual na sociedade (Demo, 2001).

A formação de Beltrão na Universidade Federal do Pará durante a Ditadura Militar foi um período de intensos desafios e significativas influências que moldaram sua trajetória acadêmica e profissional. A resistência intelectual e a busca por justiça social desenvolvidas nesse contexto adverso são elementos fundamentais para compreender a relevância de suas contribuições para a antropologia e os estudos de gênero no Brasil. Ao analisar essa fase de sua vida, é possível apreciar a profundidade de seu compromisso com a produção de conhecimento crítico e a defesa dos direitos humanos (Beltrão, 2019).

A trajetória acadêmica e profissional de Jane Beltrão é indissociável de seu engajamento político durante o período da Ditadura Militar no Brasil. Ingressando na Universidade Federal do Pará (UFPA) em um contexto de repressão e censura, ela não apenas enfrentou os desafios impostos pelo regime autoritário, mas também se destacou pela sua ativa participação nos movimentos estudantis de resistência. Seu envolvimento em debates, protestos e atividades clandestinas moldou profundamente sua consciência crítica e seu compromisso com a justiça social. Essa formação política e acadêmica, desenvolvida em um ambiente adverso, não só influenciou suas contribuições para a antropologia e os estudos de gênero, mas também fortaleceu sua determinação em defender os direitos humanos. Assim, entender a atuação política de Beltrão durante a ditadura é fundamental para apreciar a profundidade e a relevância de suas obras, bem como seu impacto duradouro na academia e na sociedade. As experiências de luta e resistência não apenas enriqueceram sua perspectiva crítica, mas também a capacitaram a influenciar positivamente as gerações futuras de pesquisadores e ativistas.

“Portanto, cedo tornei-me militante e ao longo dos anos me fiz acadêmica, entretanto sou acadêmica porque militante e *vice-versa*” (Beltrão, 2022, p.12). Sublinha como sua formação acadêmica foi moldada pela militância e, ao mesmo tempo, sua militância foi fortalecida pelo conhecimento acadêmico. Isso aponta para uma postura de resistência ativa em ambos os espaços — nas ruas e na universidade —, o que reflete o cenário político e social vívido por Beltrão ao ingressar na Universidade Federal do Pará (UFPA) durante um período de grande efervescência política e resistência ao regime militar no Brasil. Beltrão destaca (2019) “[...] combati o machismo, enfrentei a desvalorização imposta às mulheres, discuti a carência de recursos para pesquisa, e lutei contra a violência de gênero”. Reflete sua consciência das desigualdades de gênero, já presentes na academia e na sociedade como um todo. Ao enfrentar o machismo, a falta de recursos para pesquisa e a violência de gênero, Beltrão revela como suas experiências pessoais e profissionais estavam intrinsecamente conectadas à sua luta por justiça social. “Mulher fazendo ciência enfrenta a discriminação de gênero” (Beltrão, 2019), revela as barreiras estruturais enfrentadas por mulheres dentro do campo acadêmico, especialmente em um contexto histórico em que a presença feminina na ciência e nos debates intelectuais era subvalorizada e desafiada. Essas vivências não apenas moldaram sua trajetória como acadêmica e militante, mas também fortaleceram seu compromisso com a promoção da igualdade de gênero e com o combate à discriminação nas mais diversas formas, seja no ambiente universitário ou em esferas mais amplas da sociedade.

A formação de uma consciência crítica e um compromisso contínuo com as lutas sociais foram o resultado direto da confluência entre sua atuação política e acadêmica. Esses elementos desenvolvem para solidificar sua identidade como uma acadêmica que faz ciência a partir de um posicionamento ético e politicamente engajado, unindo a produção de conhecimento à transformação social.

4. JANE BELTRÃO: PROFESSORA, PESQUISADORA, ANTROPOLOGA, MILITANTE

Professora, pesquisadora, antropóloga e militante, Beltrão destaca-se por sua contribuição acadêmica, seu papel na defesa de direitos e sua atuação nos estudos de gênero e justiça social, sempre conectada aos desafios políticos e sociais de sua época. Reconhecida por suas contribuições significativas aos estudos de gênero no Brasil, sua pesquisa explora as relações de poder, desigualdade de gênero e as formas de resistência das mulheres na sociedade brasileira.

Beltrão tem investigado como as dinâmicas de gênero são moldadas por fatores culturais, históricos e sociais, trazendo à tona a complexidade das experiências das mulheres na Amazônia, como em *"Silêncios impostos, estupros em família: sobre mães solteiras e "crias" espúrias"* (2024), capítulo onde Beltrão analisa como o silêncio em torno dos estupros cometidos dentro das famílias perpetua a marginalização dessas mulheres e crianças, reforçando normas patriarcais que excluem e estigmatizam. Beltrão critica a imposição desses silêncios como uma forma de controle social, que não só silencia as vítimas, mas também perpetua a violência e a desigualdade de gênero. Tem também um forte compromisso com a defesa dos direitos humanos. Sua pesquisa aborda as questões de justiça social, explorando as formas como as populações marginalizadas enfrentam e resistem às opressões. Seu trabalho inclui a análise das políticas públicas e suas implicações para os direitos das comunidades tradicionais e minorias.

A região amazônica é um foco importante de sua pesquisa, onde tem estudado as culturas indígenas e ribeirinhas, explorando suas práticas, crenças e modos de vida. Ela enfatiza a importância de políticas públicas eficazes que respeitem e implementem os direitos específicos dessas comunidades, incluindo a demarcação de terras e a proteção cultural. Também aborda os desafios enfrentados na prática, como a falta de cumprimento das leis e a necessidade de maior sensibilização e atuação do sistema judiciário para garantir que os direitos dos povos indígenas e quilombolas sejam efetivamente respeitados e promovidos (Beltrão, 2016).

Beltrão utiliza uma abordagem interdisciplinar em suas pesquisas, combinando métodos qualitativos e quantitativos. Ela valoriza o trabalho de campo etnográfico, que envolve a imersão nas comunidades estudadas para uma compreensão profunda de suas realidades. Suas pesquisas são caracterizadas por um rigor metodológico e uma sensibilidade ética, fundamentais para abordar questões complexas e delicadas. Como Fernandes (2015), que destaca a necessidade de uma abordagem interdisciplinar que envolva diferentes áreas do conhecimento para construir um entendimento mais inclusivo e representativo das realidades e perspectivas indígenas.

Autora de inúmeros artigos científicos, livros e capítulos de livros. Suas publicações são amplamente citadas e respeitadas na comunidade acadêmica. Entre suas obras mais importantes estão estudos que desafiam as narrativas tradicionais sobre gênero e poder na Amazônia, bem como análises críticas das políticas públicas de direitos humanos no Brasil.

Como professora e orientadora na UFPA, Beltrão tem sido uma mentora influente para muitos estudantes de graduação e pós-graduação. Segundo o currículo Lattes de Jane Felipe Beltrão (s.d.), tem-se que ela tem orientado teses e dissertações que contribuíram significativamente para os campos da antropologia e estudos de gênero, formando uma nova geração de pesquisadores comprometidos com a justiça social e os direitos humanos.

Participante de diversos projetos de pesquisa e colaborações interinstitucionais, tanto no Brasil quanto internacionalmente. Seu trabalho em rede com outros pesquisadores e instituições tem ampliado o impacto de suas pesquisas e promovido o intercâmbio de conhecimentos e práticas.

A pesquisa de Beltrão tem tido um impacto significativo tanto na academia quanto na sociedade. Suas análises e conclusões informam políticas públicas e práticas sociais, contribuindo para a promoção da igualdade de gênero e a proteção dos direitos das comunidades tradicionais. Além disso, seu trabalho tem elevado o perfil da pesquisa sobre a Amazônia, destacando a importância de uma abordagem culturalmente sensível e eticamente responsável.

Uma pesquisadora cujo trabalho tem deixado uma marca indelével na antropologia e nos estudos de gênero no Brasil. Sua trajetória profissional é caracterizada por um compromisso inabalável com a justiça social, os direitos humanos e a valorização das culturas tradicionais da Amazônia. Em seu trabalho, ela aborda questões cruciais como a violência sofrida por povos indígenas e quilombolas, enfatizando a necessidade de garantir direitos diferenciados para esses grupos. Beltrão destaca que, para enfrentar a violência e assegurar a proteção efetiva dos direitos desses povos, é fundamental adotar políticas que reconheçam suas especificidades culturais e sociais. Sua atuação acadêmica reflete a profundidade e a relevância de suas contribuições, bem como seu impacto duradouro na comunidade científica e na sociedade em geral. O compromisso dela com a justiça social se traduz na defesa de um tratamento mais justo e adaptado às realidades dos povos tradicionais, reafirmando seu papel essencial na promoção dos direitos humanos e na construção de um conhecimento mais inclusivo (Beltrão, 2016).

Jane Beltrão é uma figura central na antropologia e nos estudos de gênero no Brasil, cuja trajetória acadêmica e profissional é marcada por um profundo compromisso com a justiça social, direitos humanos e as dinâmicas culturais da Amazônia. Sua formação sólida e diversificada, com passagens pela UFPA, UnB e UNICAMP, forneceu-lhe uma base teórica robusta, essencial para seu desenvolvimento como pesquisadora. Além de suas contribuições significativas para a academia, Beltrão se destacou por seu ativismo político e defesa das populações indígenas e quilombolas, enfrentando a marginalização e promovendo a igualdade

de gênero e inclusão. O compromisso social de Beltrão é evidente tanto em sua produção acadêmica quanto em seu engajamento com movimentos sociais, utilizando sua posição para amplificar as vozes marginalizadas e transformar a universidade em um espaço de engajamento político. Portanto, sua atuação política e acadêmica reflete uma integração de pesquisa e ativismo, destacando como a universidade pode servir como uma plataforma para promover mudanças sociais e defender os direitos das comunidades marginalizadas. A carreira de Beltrão exemplifica como a pesquisa acadêmica pode ser aliada ao ativismo político para causar um impacto positivo duradouro na sociedade.

Ao estudar as obras de Jane, pude observar que ela foi e tem sido uma voz ativa na defesa dos direitos humanos, com um foco particular nas populações indígenas e quilombolas. Sua pesquisa e ativismo abordam as questões de marginalização e a luta por direitos dessas comunidades, destacando a importância do reconhecimento e da valorização das culturas tradicionais. No artigo *"Corporeidades silenciadas: reflexões sobre as narrativas de mulheres violadas",* Beltrão et.al (2017) exploram como as violências sofridas por mulheres em contextos indígenas e quilombolas frequentemente permanecem silenciadas e invisibilizadas. Argumentam que, para efetivamente enfrentar e remediar essas violências, é crucial ouvir e dar voz às narrativas dessas mulheres, reconhecendo e valorizando suas experiências e perspectivas. A pesquisa de Beltrão destaca a necessidade de práticas de pesquisa e ativismo que promovam o respeito e a dignidade para todas as pessoas, especialmente aquelas cujas histórias são frequentemente ignoradas ou minimizadas. Sua atuação não só fortalece a luta por direitos humanos, mas também contribui para um entendimento mais profundo e inclusivo das questões de gênero e violência dentro dessas comunidades.

A atuação de Beltrão também se estende ao combate ao racismo dentro e fora da universidade. Ela tem trabalhado para promover a igualdade de gênero e a inclusão de mulheres, especialmente mulheres negras e indígenas, nas esferas acadêmicas e políticas. Em sua publicação no Jornal Beira do Rio, intitulado *"Racismo & Enfrentamento"* (2018), Beltrão discute como as estruturas de poder e preconceito perpetuam a marginalização de negros e indígenas, e enfatiza a necessidade de estratégias eficazes para enfrentar essas formas de discriminação. Seu trabalho visa não apenas a visibilidade, mas também a transformação dessas realidades, evidenciando seu compromisso com a justiça social e a igualdade em todas as suas dimensões.

Tem uma longa história de envolvimento com movimentos sociais, utilizando sua posição acadêmica para apoiar e amplificar as vozes desses movimentos. Ela defende a ideia

de que a universidade deve ser um espaço de transformação social e engajamento político. Como ela mesma afirmou em entrevista concedida ao Jornal Beira do Rio (2024), intitulada "Mulheres, frutos e raízes fortes", Beltrão discute

> *Precisamos ampliar a inclusão social, especialmente de pessoas indígenas e quilombolas entre os docentes e técnicos da Instituição, pois até o momento temos no quadro de efetivos um único indígena docente. A abertura de vagas para pessoas etnicamente diferenciadas se faz urgente. Vou lutar pela inclusão desse grupo social nos editais de concurso. Entretanto, sei que não basta a inclusão, precisamos combater o racismo diuturnamente, pois a prática corrói as relações sociais, desumanizando as pessoas (Beltrão, 2024)!*

Essa postura reflete seu compromisso em transformar a universidade em um espaço verdadeiramente inclusivo e combativo às injustiças sociais, reafirmando a necessidade de uma ação contínua contra o racismo e a discriminação.

A atuação política de Jane na universidade, portanto, vai além da academia tradicional. Ela utiliza sua posição para promover mudanças sociais, lutar pela inclusão e igualdade, e defender os direitos das comunidades marginalizadas. Sua carreira é um exemplo de como a pesquisa acadêmica pode ser integrada com o ativismo político para causar um impacto positivo na sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa apresentou uma análise detalhada a trajetória profissional e intelectual de Jane Felipe Beltrão, destacando sua notável contribuição para os campos da antropologia jurídica, etnologia indígena, estudos de gênero e direitos humanos. A partir da investigação de suas principais obras, de sua atuação acadêmica e de seu engajamento político e social, foi possível compreender o legado construído por Beltrão, que vai além do universo acadêmico, impactando diretamente as políticas públicas e os movimentos sociais em defesa dos povos indígenas e das populações marginalizadas no Brasil.

Sua atuação, tanto como pesquisadora quanto como ativista, demonstra um compromisso com a defesa dos direitos dos povos indígenas e com a valorização da diversidade cultural no país. Combinando rigor acadêmico e sensibilidade às questões sociais, suas obras a tornaram um referencial não só no campo da antropologia, mas também no fortalecimento de movimentos de resistência e na luta pela inclusão de vozes historicamente marginalizadas no Brasil. Beltrão enfrentou barreiras institucionais e acadêmicas significativas, principalmente por seu enfoque em temas ligados aos direitos indígenas e à questão de gênero, mas foi justamente por meio de sua persistência e articulação com redes de colaboradores e movimentos

sociais que conseguiu superar essas adversidades e deixar um legado importante para a academia e para as comunidades que defendia.

Um dos aspectos mais relevantes observados foi o impacto de suas pesquisas na formulação de políticas públicas. Suas contribuições ajudaram a moldar discussões e ações voltadas à proteção dos territórios e dos direitos dos povos indígenas, além de promover a inclusão das mulheres indígenas e quilombolas nos debates sobre gênero e justiça social. Beltrão utilizou a antropologia como uma ferramenta para questionar as estruturas de poder dominantes, ao mesmo tempo em que abriu caminho para um entendimento mais profundo e justo das relações entre Estado e populações tradicionais, mostrando a importância de respeitar suas especificidades culturais e políticas.

Este trabalho também permitiu destacar as estratégias que Beltrão utilizou para enfrentar os desafios acadêmicos e sociais ao longo de sua carreira. Ao desenvolver uma rede de colaboração com pesquisadores, ativistas e as próprias comunidades indígenas, ela foi capaz de transformar barreiras em oportunidades para o avanço da luta por direitos. Sua metodologia de pesquisa, que valoriza a imersão cultural e a convivência prolongada com os povos indígenas, revelou-se essencial para garantir que suas pesquisas refletissem as realidades dessas comunidades, contribuindo para o fortalecimento de suas identidades culturais e para a preservação de suas memórias.

Sua obra contribuiu de forma para a compreensão de como a memória e as identidades culturais dos povos indígenas são construídas e preservadas, influenciando não apenas o campo da antropologia, mas também as lutas sociais desses povos por reconhecimento e respeito. Além disso, a visão de Beltrão sobre a relação entre memória e identidade também reforça a importância de incluir as vozes dessas populações nas narrativas históricas e nas políticas públicas, garantindo que suas culturas sejam valorizadas e respeitadas.

Diante do que foi apresentado ao longo deste estudo, é notório que o legado de Beltrão é fundamental para a antropologia brasileira e para a luta por direitos humanos no Brasil. Sua trajetória profissional e intelectual transcende os limites da academia, promovendo transformações sociais e políticas que continuarão a impactar gerações futuras de pesquisadores, ativistas e comunidades indígenas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEIXO, Mariah Torres; BARATA, Camille Gouveia Castelo Branco; BELTRÃO, Jane Felipe. Corporeidades silenciadas: reflexões sobre as narrativas de mulheres violadas. *Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 592-615, 2017.

BARATA, Camille Gouveia Castelo Branco. *Mulheres da montanha: corporeidade, dor e resistência entre indígenas*. 2018. 124 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Orientadora: Profa. Dra. Jane Felipe Beltrão.

BARATA, Camille Castelo Branco; BELTRÃO, Jane Felipe. Corporeidade e Gênero em Revistas Brasileiras de Ciências Humanas (2008-13): Limites e Contribuições ao Debate sobre Povos Indígenas a partir do Caso Tembé-Tenetehara. Espaço Ameríndio (UFRGS), v. 8, p. 11-48, 2014.

BARATA, Camille Castelo Branco; BELTRÃO, Jane Felipe. Indígenas "Mulheres da Montanha" Dizem de corporeidade, dor e sofrimento nas Amazônias. Humanitas (UFPA), v. 1, p. 49-68, 2021.

BELTRÃO, Jane Felipe. A antropologia e o exercício da justiça: perícias em torno de direitos indígenas. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia (Conflitos, Direitos e Sociedade, vol.42), 2021. v. 1. 216p

BELTRÃO, Jane Felipe. Currículo Lattes. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/6647582671406048. Acesso em: 14 ago. 2024.

BELTRÃO, Jane Felipe. Formação e atuação de antropólogas/os no Brasil. Ayé: Revista de Antropologia, v. 1, p. 1-24, 2022.

BELTRÃO, Jane Felipe. Indígenas e quilombolas em situação de violência: como garantir direitos diferenciados?. Revista de Antropologia, v. 54, p. 204-213, 2016.

BELTRÃO, Jane Felipe. Jane Felipe Beltrão (depoimento, 2015). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (1h 50min).

BELTRÃO, Jane Felipe. Racismo & Enfrentamento. Beira do Rio, Belém-Pará, p. 4 - 4, 16 ago. 2018.

BELTRÃO, Jane Felipe. Silêncios impostos, estupros em família: sobre mães solteiras e crias espúrias. In: Heloisa Buarque de Almeida; Carlos Eduardo Henning. (Org.). Desafios e resistências em gênero e sexualidade no Brasil contemporâneo [livro eletrônico]. 1ed.Goiânia/GO: CEGRAL/UFG, 2024, v. 1, p. 386-407.

BELTRÃO, Jane Felipe. Uma antropóloga da Amazônia. Ciência Hoje, v. 351, pp. 1-1, 2019.

BELTRÃO, Jane Felipe; DA COSTA OLIVEIRA, Assis. Povos indígenas e cidadania:" inscrições" constitucionais como marcadores sociais da diferença na América Latina. Revista de Antropologia, p. 715-744, 2010.

BELTRÃO, Jane Felipe; ROTONDANO, Ricardo Oliveira. Dos direitos indígenas na América Latina: o desafio da efetivação. *Revista Videre*, v. 13, n. 26, p. 45-66, jan./abr. 2021. ISSN 2177-7837.

BELTRÃO, Jane Felipe; SARGES, Maria de Nazaré. *Entrevista: Mulheres, frutos e raízes fortes.* Jornal Beira do Rio, publicado em 10 de maio de 2024. Disponível em: [https://beiradorio.ufpa.br/2024-01/163-170-marco-abril-e-maio/771-entrevista mulheres-frutos-e-raizes-fortes]. Acesso em: 22 de agosto de 2024.

BERNARDES, Lúcia. *Mulheres Militantes: Vida Política e Luta Armada na Ditadura Militar Brasileira.* Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas: O Novo Papel dos Recursos Humanos nas Organizações. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DEMO, Pedro. Educação e Qualidade: A Pesquisa na Escola. Campinas: Papirus, 2001.

DUTRA, Joel Souza. Gestão de Carreiras na Empresa Contemporânea. São Paulo: Atlas, 2009.

ENTREVISTA COM JANE FELIPE BELTRÃO. Série de entrevista com autoras(es) indígenas e não indígenas. Produção: Paula Faustino Sampaio; Thiago Leandro Vieira Cavalcante. Gravado em 8 de jun. de 2021. Publicado pelo canal História Indígena e do Indigenismo em 11 de jun. de 2021. Dourados-MS. 1 vídeo (1h 44min. 49s.). Disponível em: https://youtu.be/O_l7qEjUHEc?si=sM0c74Uc3yKcvZ7_

FERNANDES, Edimar Antonio; SILVA, Almir Vital da; BELTRÃO, Jane Felipe. Associação indígena Tembé de Santa Maria do Pará (AITESAMPA): um relato sobre a luta por direitos étnicos. *Amazônica*, v. 3, n. 2, p. 392-406, 2011.

FERNANDES, Rosani de Fátima. *Povos Indígenas e Antropologia: Novos Paradigmas e Demandas Políticas. Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 322-354, jan./jun. 2015.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GASPARI, Élio. *A Ditadura Envergonhada.* São Paulo*:* Companhia das Letras, 2002.

LE GOFF, Jaques. História e Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As Universidades e o Regime Militar: Cultura Política Brasileira e Universidade (1964-1969). São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MUSSAK, Eugênio. Metacompetência: Uma Nova Visão do Trabalho e da Realização Pessoal. São Paulo: Editora Gente, 2003.

NÓVOA, António. Os Professores e a Sua Formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SCAVONE, Lucila. *Gênero e Educação Superior: Estudo sobre a Participação das Mulheres no Ensino Universitário*. São Paulo: Cortez Editora, 1999.